

Associação Amigos do Projeto Guri

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Associação Amigos do Projeto Guri
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Amigos do Projeto Guri (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Amigos do Projeto Guri em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de janeiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Associação Amigos do Projeto Guri

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2013	2012
Receitas operacionais			
Com restrição - atividades culturais			
Recursos do contrato de gestão		59.217.402	58.543.715
Projetos culturais e patrocínios		1.705.613	2.372.811
Receitas financeiras	17	1.203.017	1.210.566
Sem restrição - atividades culturais			
Outras receitas com doações		95.939	50.435
		<u>62.221.971</u>	<u>62.177.527</u>
Atividades culturais			
Custo com salários, encargos e depreciação diretos			
Salários e encargos de professores		(42.923.979)	(42.901.975)
Depreciação de instrumentos musicais e biblioteca		(1.581.916)	(1.590.379)
		<u>(44.505.895)</u>	<u>(44.492.354)</u>
Resultado operacional antes das despesas administrativas		17.716.076	17.685.173
Despesas operacionais			
Atividades culturais			
Despesas administrativas	16	(17.662.539)	(17.682.232)
Despesas tributárias		(103.073)	(94.960)
Outras receitas operacionais		152.787	123.761
		<u>(17.612.825)</u>	<u>(17.653.431)</u>
Resultado antes das despesas financeiras		103.251	31.742
Despesas financeiras		<u>(25.625)</u>	<u>(28.733)</u>
Superávit do exercício		<u>77.626</u>	<u>3.009</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Amigos do Projeto Guri

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em Reais)

	2013	2012
Superávit do exercício	<u>77.626</u>	<u>3.009</u>
Superavit abrangente total	<u>77.626</u>	<u>3.009</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Amigos do Projeto Guri

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Superávit Déficit acumulado	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2012	64.745	(33.938)	30.807
Doação de Bens Móveis	348	-	348
Superávit do exercício	-	3.009	3.009
Saldos em 31 de dezembro de 2012	65.093	(30.929)	34.163
Transferência para o patrimônio social	(30.929)	30.929	-
Superávit do exercício	-	77.626	77.626
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>34.164</u>	<u>46.697</u>	<u>111.789</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Amigos do Projeto Guri

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		77.626	3.009
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	10	2.068.490	2.130.932
Provisão para contingências	12	295.351	(417.006)
Valor residual dos ativos permanentes baixados	10	3.583	123.495
		<u>2.445.050</u>	<u>1.840.429</u>
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento)/ redução nos ativos em			
Recursos vinculados a projetos		(2.904.750)	2.195.325
Estoques		217.566	(49.923)
Outros ativos não circulantes		(21.214)	739.229
Aumento/ (redução) nos passivos em			
Fornecedores		193.334	476.004
Salários, férias e encargos a pagar		517.082	560.570
Obrigações tributárias		(7.910)	(21.119)
Contas a pagar		(5.604)	(401.688)
Projetos a executar - contrato de gestão		1.777.744	(3.416.823)
Provisão para contingências		(893.178)	426.592
Projetos culturais e patrocínios		753.011	(93.727)
		<u>2.071.131</u>	<u>2.254.870</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	6 e 10	(464.235)	(42.981)
Aquisição do intangível	10	(92.693)	(33.631)
		<u>(556.928)</u>	<u>(76.612)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Recursos recebidos de projetos para aquisição de bens		(1.515.146)	(2.177.468)
		<u>(1.515.146)</u>	<u>(2.177.468)</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(943)</u>	<u>790</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No fim do exercício		271	1.214
No início do exercício		1.214	424
		<u>(943)</u>	<u>790</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Associação Amigos do Projeto Guri – AAPG iniciou suas atividades em 1997, como entidade privada sob forma de Organização Social sem fins lucrativos, tendo como objetivo principal a colaboração técnica e financeira para o desenvolvimento do “Projeto Guri”, que desde 1995 funcionava como programa interno à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Sua missão é promover, com excelência, a educação musical e a prática coletiva de música, tendo em vista o desenvolvimento humano de gerações em formação.

Em 14 de junho de 2004, o secretário-chefe da casa civil do Estado, através do parecer nº 0889/2004, qualificou a Associação Amigos do Projeto Guri como Organização Social da área da cultura publicada no Diário Oficial em 15 de junho de 2004. Considerada uma entidade de utilidade pública e sem fins lucrativos, a Associação é isenta de contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal.

As atividades da Associação são suportadas financeiramente pelo Contrato de Gestão 01/2012, aprovado pelo Governo do Estado, firmado com a Associação Amigos do Projeto Guri para o período de 2012 a 2015.

Atividades sociais

A Associação Amigos do Projeto Guri em conformidade ao Contrato de Gestão 01/2012 firmado com a Secretaria de Estado da Cultura encerra o exercício de 2013 com 370 pólos no Estado de São Paulo, com uma ocupação média de vagas de 43.253 crianças e adolescentes de 06 a 18 anos, com ensino coletivo e gratuito de música visando um desenvolvimento sociocultural de seus participantes.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis não foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria administrativa financeira em 27 de janeiro de 2014.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 – Depreciação do ativo imobilizado
- Nota explicativa nº 12 - Provisão para contingências

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação.

a. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2013 e 2012, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e Lei Rouanet, são registrados da seguinte forma, em conformidade com a CPC07 (R1):

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar e projetos culturais e patrocínios no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício.
- **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante (recursos aplicados em imobilizados).

Em consequência à prática contábil adota pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão e projetos incentivados são nulos pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos. Dessa forma, eventual superávit ou déficit apurado pela Associação corresponde apenas as receitas de doações livres e despesas administrativas não cobertas pelo contrato de gestão, sendo tais valores imateriais nas operações da Associação.

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

d. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Instrumentos musicais e orquestra	20%
Equipamentos de processamento de dados	20%
Equipamentos eletro/ eletrônicos/ áudio	20%
Equipamento de telecomunicação	20%
Móveis e utensílios	10%
Instalações	10%
Ferramentas	10%
Biblioteca	50%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

f. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

g. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

i. Receita e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

j. Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas das atividades culturais. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não ocorreram trabalhos voluntários na Associação.

k. Gerenciamento de risco financeiro

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 18.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

4 Recursos vinculados a projetos

	2013	2012
Bancos conta movimento	2.020.903	771.592
Aplicações financeiras	12.148.151	10.492.712
	<u>14.169.054</u>	<u>11.264.304</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 95% a 99% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (97% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 2012).

Os recursos vinculados a projetos refere-se substancialmente a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.

5 Outros ativos

	2013	2012
Adiantamentos a fornecedores	135.791	163.722
Outros créditos	123.211	74.042
Seguros a vencer	24.347	25.220
	283.349	262.984

6 Imobilizado

Movimentação de 31 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2013

Descrição	31/12/2012 Custo	Adições	Baixas	31/12/2013 Custo
Custo				
Instrumentos musicais e orquestra	12.605.181	261.587	(60.563)	12.806.205
Equipamento de eletro / eletrônicos / áudio	791.042	10.812	-	801.854
Equipamento de processamento de dados	1.296.132	182.828	-	1.478.960
Instalações	24.307	1.730	-	26.037
Equipamento de telecomunicação	29.895	650	-	30.545
Móveis e utensílios	683.762	6.628	(120)	690.270
Ferramentas	11.854	-	-	11.854
Biblioteca	598.210	-	-	598.210
Total	16.040.383	464.235	(60.683)	16.443.935
Depreciação				
Instrumentos musicais e orquestra	(9.504.484)	(1.282.344)	57.100	(10.729.728)
Equipamento de Eletro / Eletrônicos / áudio	(649.582)	(71.572)	-	(721.154)
Equipamento de Processamento de Dados	(1.030.961)	(161.588)	-	(1.192.549)
Instalações	(5.673)	(2.431)	-	(8.104)
Equipamento de telecomunicação	(24.653)	(2.839)	-	(27.492)
Móveis e utensílios	(281.376)	(65.119)	-	(346.495)
Ferramentas	(5.421)	(1.185)	-	(6.606)
Biblioteca	(198.625)	(299.572)	-	(498.197)
Total	(11.700.775)	(1.886.649)	57.100	(13.530.325)
Saldo líquido	4.339.608	(1.422.415)	(3.583)	2.913.610

Movimentação de 31 de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2012

Descrição	31/12/2011 Custo	Adições	Baixas	31/12/2012 Custo
Custo				
Instrumentos musicais e orquestra	13.468.326	18.729	(881.874)	12.605.181
Equipamento de eletro / eletrônicos / áudio	835.060	6.667	(50.685)	791.042
Equipamento de processamento de dados	1.337.701	11.196	(52.765)	1.296.132
Instalações	24.307	-	-	24.307
Equipamento de telecomunicação	29.895	-	-	29.895
Móveis e utensílios	705.944	3.589	(25.771)	683.762
Ferramentas	11.854	-	-	11.854
Biblioteca	595.410	2.800	-	598.210
Total	<u>17.008.497</u>	<u>42.981</u>	<u>(1.011.095)</u>	<u>16.040.383</u>
Depreciação				
Instrumentos musicais e orquestra	(8.904.281)	(1.391.754)	791.551	(9.504.484)
Equipamento de Eletro / Eletrônicos / áudio	(613.568)	(81.898)	45.884	(649.582)
Equipamento de Processamento de Dados	(863.427)	(204.702)	37.168	(1.030.961)
Instalações	(3.238)	(2.435)	-	(5.673)
Equipamento de telecomunicação	(20.193)	(4.460)	-	(24.653)
Móveis e utensílios	(228.497)	(66.223)	13.344	(281.376)
Ferramentas	(4.236)	(1.185)	-	(5.421)
Biblioteca	-	(198.625)	-	(198.625)
Total	<u>(10.637.440)</u>	<u>(1.951.282)</u>	<u>887.947</u>	<u>(11.700.775)</u>
Saldo líquido	<u>6.371.057</u>	<u>(1.908.301)</u>	<u>(123.148)</u>	<u>4.339.608</u>

7 Salários, férias e encargos sociais a pagar

	2013	2012
Salários e rescisões a pagar	10.884	3.900
INSS a recolher	1.001.576	944.760
IRRF a recolher	113.089	111.796
PIS a recolher	54.299	48.068
FGTS a recolher	330.991	317.738
Contribuição sindical a recolher	627	591
Provisão de férias e encargos	3.760.217	3.327.748
	<u>5.271.683</u>	<u>4.754.601</u>

8 Projetos a executar - Contrato de gestão

	2013	2012
	<u>5.759.862</u>	<u>3.982.118</u>

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e a Associação Amigos do Projeto Guri, tendo por objetivo a formação de vínculo de cooperação, com vista à execução de programas de trabalho destinados a fomentar as atividades que dizem respeito ao objetivo de ensino de música e assistência social, celebraram o Contrato de Gestão nº 01/2012 em janeiro de 2012 com prazo de encerramento em janeiro de 2015.

O Programa de Trabalho, Contrato de Gestão 01/2012, aprovado pelo Governo do Estado, firmado com a Associação Amigos do Projeto Guri, possui como previsão o repasse pela Secretaria de Estado da Cultura de R\$ 249.266.792, conforme contrato, ao longo de 4 anos, para o período de 2012 a 2015, a serem empregados na realização do Projeto, sendo R\$ 63.509.870 para o exercício de 2012, R\$ 57.780.000 para 2013, R\$ 61.824.600 para 2014 e R\$ 66.152.322 para 2015.

Os valores apresentando em projetos a executar – contrato de gestão representam os montantes já recebidos financeiramente e ainda não empregados no projeto e que serão reconhecidos ao resultado de acordo com o regime de competência a medida que ocorrerem os gastos relacionados aos projetos. Ressaltamos que, conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), o reconhecimento contábil da receita dos recursos vinculados a projetos ocorre inicialmente pelo reconhecimento de uma receita diferida no passivo, sendo levada ao resultado do exercício quando da incorrência e na mesma proporção das despesas com os projetos.

Por força dos contratos de gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados ou até mesmo o cancelamento do contrato de gestão.

A Administração da Associação entende que em 2013 todas as metas foram cumpridas adequadamente e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura. Até o momento não houve qualquer manifestação contrária por parte desta Secretaria.

Veja a movimentação dos projetos na nota explicativa nº 11.

9 Projetos culturais e patrocínios

	2013	2012
Programa nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)	1.968.014	1.000.293
CMDCA	88.513	270.728
Outros	7.861	40.356
	2.064.388	1.311.377

O Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, aprovou a realização de projetos culturais, sendo os integrantes autorizados a captar recursos mediante doações ou patrocínios. Os projetos relacionados ao Programa nacional de Apoio à Cultura referem-se aos projetos aprovados juntos ao Ministério da Cultura.

Os valores apresentando em projetos culturais e patrocínios representam os montantes já recebidos financeiramente e ainda não empregados no projeto e que serão reconhecidos ao resultado de acordo com o regime de competência a medida que ocorrerem os gastos relacionados aos projetos. Ressaltamos que, conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), o reconhecimento contábil da receita dos recursos vinculados a projetos ocorre inicialmente pelo reconhecimento de uma receita diferida no passivo, sendo levada ao resultado do exercício quando da incorrência e na mesma proporção das despesas com os projetos.

Veja a movimentação dos projetos na nota explicativa nº 11.

10 Recurso aplicados em ativos permanentes

	2013	2012
	3.157.707	4.672.853

Conforme comentado na nota explicativa 3(b), os recursos que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado e diferido em atendimento a CPC 07 (R1). Vide nota explicativa nº 6 (ativo imobilizado).

Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.672.853
Adição de imobilizado	464.235
Adição de intangível	92.693
Custo residual baixado de imobilizado e intangível	(3.584)
Depreciação e amortização	(2.068.490)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.157.707

11 Movimentação dos Projetos a executar - contrato de gestão, Projetos culturais e patrocínios e Recursos aplicados em imobilizados

Movimentação de 31 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2013

Saldo dos projetos em 31 de dezembro de 2012	
Projetos a executar - contrato de gestão (nota 8)	3.982.118
Projetos culturais e patrocínios (nota 9)	1.311.377
Recursos aplicados em imobilizados (nota 10)	4.672.853
	9.966.348
Movimentação 2013	
(+) Entradas	
<i>Valores recebidos</i>	62.279.823
<i>Rendimento de aplicações financeiras</i>	1.203.017
(-) Sairas	
<i>Consumo (despesas)</i>	(62.297.131)
<i>Outras saídas</i>	(170.100)
Saldo dos projetos em 31 de dezembro de 2013	
Projetos a executar - contrato de gestão (nota 8)	5.759.862
Projetos culturais e patrocínios (nota 9)	2.064.388
Recursos aplicados em imobilizados (nota 10)	3.157.707
	10.981.957

12 Provisão para contingências

A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.

Contingências	2013			2012		
	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Passivo líquido	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Passivo líquido
Trabalhistas	892.249	(17.651)	874.598	1.490.076	(16.072)	1.474.004
Total	892.249	(17.651)	874.598	1.490.076	(16.072)	1.474.004

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2013					
	2012			2013		
	Saldo Inicial	Adição	Utilização	Saldo Parcial	Depósito judicial Compensado	Saldo Final
Trabalhistas	1.490.076	295.351	(893.178)	892.249	(10.987)	881.262

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 6.470.653 (R\$ 6.268.714 em 2012) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Desse montante, R\$ 5.000.000 referem-se à Ação Civil Pública n.º 00607200902502001, movida pelo Ministério Público do Trabalho, que tramita perante a 25ª Vara do Trabalho de São Paulo, e tem como objeto a desconstituição do contrato de gestão, por suposta ilegalidade do sistema de gestão por Organizações Sociais (previsto na Lei Complementar 846/98), além da concessão de indenização coletiva. A ação foi julgada parcialmente procedente em primeira instância, e está sujeita a recursos com efeito suspensivo. Os assessores jurídicos da Organização Social e a Administração entendem que há chances consideráveis de reversão da decisão, motivo pelo qual avaliaram a perda como possível (sem a necessidade de provisionamento).

13 Partes relacionadas

A Associação não possui partes relacionadas e os membros do conselho de administração e fiscal da Associação não são remunerados.

14 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

15 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Associação foi formado pelas doações recebidas e pelos superávits e déficits acumulados, transferidos para o patrimônio social.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma Organização Social ou afim, sem fins econômicos e lucrativos.

16 Despesas administrativas

	2013	2012
Salários e encargos sociais	8.222.474	8.280.067
Serviços de terceiros	3.796.039	3.517.341
Despesas com locações	1.510.812	1.586.211
Manutenção, conservação e reparo	1.108.563	1.097.272
Viagens e estadias	789.038	893.872
Depreciação	486.640	506.936
Despesas com água, energia elétrica e internet	409.900	490.630
Despesas com contingências	295.351	417.006
Alimentação	294.745	302.950
Materiais para escritório e suplementos	229.973	92.721
Outras despesas	519.004	497.226
	<u>17.662.539</u>	<u>17.682.232</u>

17 Receitas financeiras

	2013	2012
Juros sobre aplicações financeiras	1.144.200	1.167.232
Descontos obtidos	58.817	43.334
	<u>1.203.017</u>	<u>1.210.566</u>

18 Instrumentos financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2013, a Associação está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. Os recursos da Associação, por força do contrato de gestão e projetos incentivados possuem obrigação de serem mantidos em contas correntes e aplicações no Banco do Brasil S.A.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

19 Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, a Associação apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2013 caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Associação não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime não cumulativo)
Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%)

Com base nos percentuais acima mencionados a renúncia fiscal no exercício de 2013 foi de R\$2.297.494 de ISS; R\$ 404.443 de PIS; R\$ 1.866.659 de COFINS e R\$ 26.392 de IRPJ e CSSL (R\$ 2.270.503 de ISS; R\$ 404.154 de PIS; R\$ 1.865.326 de COFINS e R\$ 1.023 de IRPJ e CSSL em 2012).

20 Avais, fianças e garantias

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2013 e 2012.

21 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$ 2.901.500 para danos materiais e R\$ 31.500 para responsabilidade civil.

* * *


Alessandra Fernandez Alves da Costa
Diretora Executiva


Dalmo Magno Defensor
Diretor Administrativo-Financeiro


Luis Carlos Trento
Contador – CRC TSP194841/O-4